



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Cerimônia de sanção do projeto de lei que trata dos créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 29 DE JUNHO DE 2001

Meu caro Ministro e amigo, Francisco Dornelles; Senhores Ministros de Estado, aqui presentes; Parlamentares; Senhor Presidente das confederações patronais dos trabalhadores; Senhores membros do Judiciário; empresários, trabalhadores; Senhoras e Senhores;

Hoje é, realmente, um dia importante para o trabalhador brasileiro, para as empresas brasileiras, para as grandes e para as pequenas.

Os nossos vizinhos hispânicos se divertem com o nosso gosto, nós brasileiros, de identificar as coisas do Brasil como *las más grandes del mundo*, as maiores do mundo. Mas, neste caso, como eu próprio já disse, não há exagero. E vários, aqui, repetiram. O que é verdade. O que está em jogo são cerca de 43 bilhões de reais, mais ou menos 20 bilhões de dólares. Isso é, provavelmente, o maior acordo do mundo, porque é um acordo entre parceiros muito diferenciados, milhões de pessoas envolvidas, decisões judiciais, é realmente o melhor acordo do mundo. Isso mostra que é possível encontrar soluções construtivas, quando há vontade de trabalhar para solução e quando há, portanto, uma aber-

tura de parte não só do governo, mas das várias forças envolvidas para que haja o diálogo democrático.

Essa lei, na verdade, reflete a ação dos três Poderes da República, porque o Judiciário estabeleceu a obrigação de repor as perdas do FGTS, depois de um longo processo. O Executivo, por decisão minha, estendeu a decisão do Supremo Tribunal Federal a todos os trabalhadores. Essa foi a grande dificuldade naquele momento, eu tinha que assumir a responsabilidade de acelerar o processo, dando a faculdade a todos os trabalhadores, senão nós levaríamos anos: cada trabalhador, individualmente, tentando obter na justiça e percorrendo todo o caminho, para no fim ganhar. Mas esse fim podia ser objeto de postergação de dez anos, e podia fazer o que outros fizeram comigo, passar a conta para o meu sucessor. Mas eu não pensei nestes termos, pensei em termos do trabalhador, na necessidade de fazer justiça e tomei a decisão, portanto, de generalizar a reposição a todos que têm direito a isso.

Além disso – e aqui já foi mencionado –, o Executivo, através do Ministro Francisco Dornelles, coordenou um longo processo de consultas, de negociação com os sindicatos, com os empresários, para viabilizar o acordo sem colocar em risco aquilo que para nós é fundamental, para nós que digo não é para o governo, é para o País, para os trabalhadores também, que é a estabilidade econômica e a boa ordem das contas públicas.

Quero dizer que junto minha voz à daqueles que aqui já saudaram o Ministro Francisco Dornelles. A capacidade que teve o Ministro Francisco Dornelles de negociar, a capacidade que ele tem de encontrar soluções, a sua abertura de espírito marcam, realmente, a sua presença no Ministério do Trabalho e Emprego de maneira muito forte. Acho que o Ministro Francisco Dornelles aqui – dito por mim como presidente, talvez não tenha a mesma força do que foi dito pelos trabalhadores, aqui representados, e pelos líderes dos empresários – o Ministro Francisco Dornelles, me perdoem a expressão, é um craque. Ele é bola no gol o tempo todo.

Mas se é verdade que o Executivo assumiu as responsabilidades, se é verdade que houve esse espírito de negociação, por parte dos trabalha-

dores, se é verdade que o Judiciário cumpriu o seu dever e foi capaz de estabelecer, com critério, as proporções devidas efetivamente, também, é verdade que o Parlamento Nacional teve papel decisivo. Foi lá, no Legislativo, que houve com celeridade uma negociação adequada – aqui já foram mencionados dois dos vários parlamentares que participaram, os Deputados Hauli e o Luís Antônio Medeiros, e os Senadores Romero Jucá e o Geraldo Mello, que estão aqui presentes. Mas, certamente, muitos outros que também participaram ativamente deste processo de negociação. É justo que se diga que não houvesse, também, essa disposição, não seria possível haver uma solução adequada. É claro que, num dado momento, teria de haver uma disposição de contribuição.

Eu não vou repetir o que já disse o Ministro Francisco Dornelles, que expôs muito bem as condições do acordo, mas o que é verdade é que talvez tenha sido a primeira vez, na nossa história, que o sindicato disse: “Não. Nós também vamos contribuir”. Soube, agora, que foi o Araújo quem teve essa idéia. Não é estranho que ele tenha tido esta idéia, porque ele já teve muitas idéias positivas no movimento do trabalhador brasileiro. O fato é que foi uma idéia seminal importante. Este princípio foi o que prevaleceu, o princípio de que haveria cada um de contribuir para que houvesse uma divisão de responsabilidades, porque o montante envolvido é um montante gigantesco. Governo, na verdade, não tem como fazer mágica para obter recursos. Na época da inflação era fácil, porque quem pagava era o povo. Era fácil ao Presidente da República ser bonzinho, dizer “sim” a tudo, e ninguém nem percebia que este “sim” era mentiroso, porque na verdade era um “sim” que implicava imprimir moeda. Agora não é mais assim. Agora o dinheiro que o governo tem não é do governo, saiu do imposto, saiu do povo, e o governo não produz dinheiro mais, ou seja, não finge que produz dinheiro, dando novos impostos através da inflação para o povo. Se não produz dinheiro, o governo tem que ser cauteloso no uso do dinheiro.

É por isso que Brasília, às vezes, é dura ao dar o dinheiro, porque o dinheiro não é de Brasília, é do povo. E quando não se diz isso com toda clareza, se engana. É muito melhor para qualquer um de nós, ministros ou Presidentes, dizer “sim”. Só que esse “sim”, tem que ser um “sim”

verdadeiro, tem que ser baseado nas contas públicas, no equilíbrio delas, para não prejudicar a população. Então, nós tivemos que ter muito cuidado para evitar que houvesse o aumento da dívida pública, ou a criação de moeda nova que é falsa. Essa foi a nossa dificuldade, porque se nós fôssemos por esse caminho, a emenda sairia pior que o soneto. Porque o aumento da dívida pública tem como consequência imediata aumentar a taxa de juros, e com os efeitos negativos na economia do País.

Por sorte, o Brasil começa a entender essas coisas, que se nós fazemos uma dívida, se o governo faz a dívida, isso tem um efeito imediato negativo sobre a população, aumenta a dívida. E se não faz a dívida e aumenta a inflação, o efeito é o mesmo, é o imposto indireto no povo. Então, temos que ter essa compreensão de que o que nos limita nas nossas decisões é o nosso sentido de responsabilidade.

Bom, nós não queríamos, naturalmente, penalizar os mais vulneráveis, que são os trabalhadores mais pobres. São até aqueles que não são nem trabalhadores. Muitas vezes estão no setor informal, outras vezes no campo, outras vezes estão desempregados e são os que acabam pagando essas falsas benéficas dos Presidentes, dos governantes que são bonzinhos, e que fazem o favor com a moeda alheia, fazendo que os mais pobres acabem pagando por um benefício que vai para aqueles que não são tão pobres assim.

Então, não podíamos ir por esse caminho, seria injusto, e nós não fomos por este caminho. Por quê? Porque nós estamos vivendo um novo Brasil. Um Brasil que sabe que a responsabilidade fiscal – a lei foi aprovada no Congresso – é um marco na vida política, contra a corrupção, na verdade. Falam tanto de corrupção! Nós é que combatemos a corrupção verdadeiramente. Então, esse marco da lei de responsabilidade fiscal, entrou na mentalidade do povo brasileiro e, hoje, a discussão é muito mais madura.

Nós, há muito pouco tempo, éramos um país da inflação descontrolada. Ninguém mais quer voltar a isso. O Brasil de hoje é, digamos assim, é o oposto disso. Nós não podemos, de forma alguma, sair, nem do estado de direito. Portanto, as negociações têm que ser dentro do respeito aos interesses de cada setor e das leis. Nem podemos fazer

negociações que impliquem uma disparada da inflação ou aumento da dívida pública. Então, hoje, eu acho que nós estamos assistindo a um episódio muito importante.

O Ministro Malan costuma dizer, e eu repito, que o problema do Brasil não é a falta de previsão para o futuro, é o passado que é imprevisível. De repente vem uma conta imensa que foi feita lá atrás. Esta é uma dessas. Estou pagando hoje, aqui? Eu não. O povo brasileiro está pagando, hoje, aqui, uma dívida que decorre de malfeitos. Orgulho-me de dizer: não há uma só ação contra o Plano Real até hoje. O Plano Real faz sete anos agora. Não há uma ação, porque o Plano Real foi feito respeitando as leis, os contratos e os interesse sociais dos trabalhadores. Não houve demanda contra o Plano Real.

Essas são demandas contra os planos anteriores, que se faziam atropeladamente, que se faziam, muitas vezes, sob fogo de circunstâncias – não responsabilizo pessoalmente ninguém, porque vivi a época, e sei como era difícil tomar qualquer decisão naquela época – e que tem como consequência isto: uma conta de 43 bilhões de reais, feita simplesmente por equívocos formais, que acabaram por prejudicar o trabalhador, e nós é que vamos começar a pagar essa conta, mas pago com muita satisfação.

Vou dizer por que que pago com muita satisfação essa conta. Aqui, há poucos instantes, o Alemão mencionou algo que é importante, é que nós temos compromisso com o setor trabalhador do Brasil. Não é de hoje. Nas greves famosas de São Bernardo, em que o Alemão lá estava, o Lula estava, tantos outros lá estavam, eu também estava. Na época em que realmente faziam greve, era quase um desafio à autoridade máxima do Estado. Era punido com AI-5 em cima e pata de cavalo, quando não coisa pior, em cima também. Naquela época eu estava lá. Se a história de São Bernardo for feita sem espírito Stalinista, ou seja, sem tirar fotografia dos que hoje são contra certos setores, nós dois vamos aparecer lá, porque estávamos.

Eu não estava como trabalhador, porque não era, era professor posto para fora pelo AI-5, e suplente de Senador. Estava com consciência cívica de democracia, porque acreditava, como acredito, que a demo-

cracia era fundamental e que quando não há democracia, e se quer impedir que trabalhador entre em greve, não se pode deixar de dar solidariedade ao trabalhador. Na democracia dá-se a solidariedade, mas se negocia. Se chega ao resultado. O resultado tem que ser o resultado fruto de uma negociação. Mas quando o regime é de imposição, o trabalhador não tem alternativa a não ser, realmente, protestar fortemente. Como ele não tem a força naqueles momentos para avançar sozinho, é preciso que outros setores da sociedade se solidarizem, não por demagogia, não para fingir que não era Senador de trabalhadores, porque nunca fui. Fui Senador por São Paulo com o apoio de muitos segmentos, mas fui solidário nas horas mais difíceis dos trabalhadores.

E aqui eu vejo que o Paulinho tem uma claqué. Eu sou fundador da Força Sindical. No momento em que se apresentou como um alternativa democrática, para não se ter uma só central, fui lá participar de todos os atos de fundação e na revista em que está isso traduzido, estão não só as minhas palavras, como a minha fotografia. Eu já era, então Senador. Não fui para ser sindicalizado, nem para dizer que sou líder de trabalhador. Não. Fui como Senador de São Paulo, porque tinha a compreensão de que era necessário abrir mais canais de participação no Brasil.

E hoje a Social Democracia, a CGT, a Força Sindical e a CUT são quatro centrais. Isso é bom, porque é preciso na democracia que haja pluralidade de organizações, para que nós possamos, realmente, ver como os interesses são diversificados, desde que essa pluralidade tenha o espírito que as organizações aqui presentes têm, de no momento necessário cooperar, para que possa haver um avanço na sociedade brasileira.

Então, acho que essa questão hoje, para mim, de ter sancionado esta lei, é uma questão que me reconforta, não porque me faça encontrar com meu passado, porque nunca me distanciei dele, mas para que possa mostrar ao País que não me distanciei dele. E que se, hoje, assino isto, não é apenas porque acredito na importância das ações das confederações, dos sindicatos e da luta dos trabalhadores por seus direitos, mas é também porque acredito, como Presidente da República, na necessidade que esses direitos sejam atendidos, dentro das possibilidades do País,

com a manutenção do controle da inflação, com o respeito aos interesses dos vários setores e com a participação compartilhada.

Portanto é um dia, para mim, de grande alegria, porque vejo a democracia avançar, e com a democracia, os trabalhadores avançando juntos; e possa o Brasil se beneficiar mais e mais de salários cada vez mais corretos, melhores para os nossos trabalhadores.

Muito obrigado a todos.